

O patrimônio tombado e a narrativa preservacionista na Lapa/PR: a identidade regional entre a memória e o memorável

Maria Julieta Weber CORDOVA*

Resumo: O estudo objetivou redimensionar interpretações da história local/regional, buscando uma nova compreensão para o estudo da memória, do patrimônio tombado e de suas condições de produção. Na Lapa, é possível identificar, no monumento edificado, a memória local e regional traduzida como um documento que, permanecendo presente, pode exprimir temporalidades e significações culturais, identitárias e ideológicas, reveladas pelo patrimônio tombado. Cabe ressaltar que a memória pode desempenhar papel ideológico institucionalizador, assim como pode configurar-se enquanto campo de estudo científico da história. Para tanto, é fundamental que se compreenda acerca da produção historiográfica, dos discursos ideológicos e dos signos que institucionalizam a memória, tornando-a memorável. E, na análise sobre a produção historiográfica regional, o foco central foi o episódio do Cerco da Lapa, simbolizado como o marco histórico que permeou a vitória republicana federalista em oposição aos chamados maragatos, marco histórico reiteradamente lembrado e sacralizado pela narrativa preservacionista dos patrimônios tombados do Setor Histórico da Lapa.

Palavras-chave: Patrimônio tombado. Produção da memória. História local/regional. Identidade regional.

Heritage Buildings and the Preservationist Narrative in Lapa, Paraná: Regional identity between memory and the memorable

Abstract: This study aims to broaden curricular interpretations of local/regional history teaching, and seeks renewed understanding of the study of memory, of heritage buildings and of the conditions necessary for the awarding of heritage status. In Lapa it is possible to see in heritage buildings and monuments that local and regional memory is transformed into a type of ever present document, which can express temporalities and cultural meanings, identities and ideologies. It is understood that memory can serve to promote ideological institutionalization, as can be seen in the discipline of the scientific study of history. For this reason it is essential to have a full understanding of historical production, of ideological discourse and of the symbols which institutionalize memory, thereby making it memorable. In

* Professora Doutora – Departamento de Educação e Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – Interdisciplinar – Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG – Campus de Uvaranas - Av. Carlos Cavalcanti, 4748, CEP 84030-900, Ponta Grossa, Paraná, Brasil. E-mail: julieta.weber@yahoo.com.br

the analysis of regional historical production the focal historical event was the Siege of Lapa. This was symbolized as a landmark victory of the Republican Federalists over the Maragato revolutionaries, a landmark in history repeatedly commemorated and made sacred by the preservationist narrative of Lapa's historic heritage buildings.

Keywords: Heritage buildings. Local/regional history. Memory production. Regional identity.

Introdução

“A fuzilaria não cessava lá fora, e os canhões troavam soturnamente, respondendo ao bombardeio dos federalistas. Gomes Carneiro respirou fundo. Todos olharam ansiosos. Deixou pender a cabeça, fixando o olhar vidrado num ponto longínquo que só ele via... O Frei Caneca? A salvação da República? A glória? – Quem sabe em que pensam os heróis nessas horas de agonia? Estava cumprida a missão que lhe fora confiada. Estava morto! [...] Ele estava morto, mas além do Paraná, que se sacrificara com ele, estava a República salva!” (DAVID CARNEIRO, 1982, p. 221).

Neste artigo, procurou-se analisar a relação entre o documento, o monumento e a história local/regional. Conforme Le Goff (1996), quando a memória é revelada por monumentos, estes acabam por serem representativos da “herança do passado”, bem como das suas “relações de força” e que, ao realizar-se uma crítica documental do monumento enquanto documento, possibilita-se o entendimento do próprio processo de produção de sua memória.

A Lapa é uma das cidades, no Paraná, que mais preserva seu patrimônio edificado e seu conjunto arquitetônico tombado é imprescindível para o estudo patrimonial. Entretanto, ao se passear pela Lapa, é fundamental que se questione acerca dos significados atribuídos aos seus patrimônios tombados, indo além de uma leitura representativa dos heróis configurados no panteão que os homenageia.

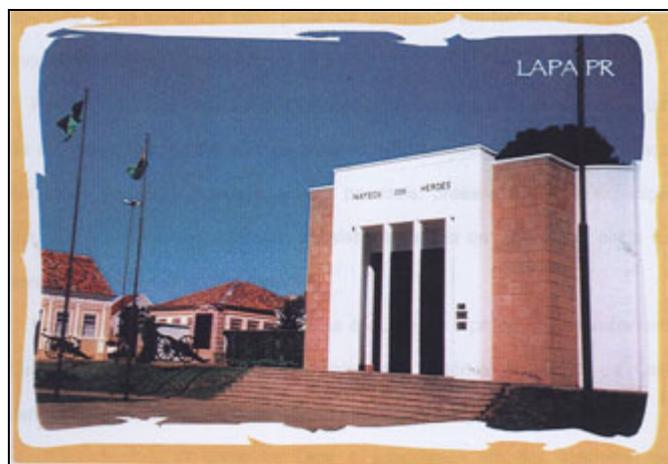


Figura 1 – CARTÃO-POSTAL DO PANTEON DOS HEROES
Fonte: Prefeitura Municipal da Lapa/PR

Procurou-se apontar que a reflexão do herói, enquanto elemento identificador de uma coletividade (CARVALHO, 1990), não pode se voltar somente para uma interpretação unilateral da documentação oficial, mas abrir possibilidades para se trabalhar com vestígios de memória, entendendo o monumento como um documento que gerou o cotidiano dos que vivenciaram a luta armada da Revolução Federalista no Paraná.

A análise teve, portanto, como pano de fundo, o episódio do Cerco da Lapa (1894), por constituir-se em um marco histórico representativo da produção historiográfica paranaense, que visou à construção de um discurso histórico de identificação regional aos paranaenses.¹ O Cerco da Lapa veio a representar o marco histórico que garantiu a vitória republicana em terras paranaenses, fundamentado pela memória patrimonial preservada, conforme critérios historiográficos estabelecidos pelo signo ervateiro no Paraná (CORDOVA, 2007).

E o episódio do Cerco da Lapa acabou por se constituir em uma justificativa recorrente para os tombamentos e sobre o que estes representam historicamente. Em cada canto que se conheça do Setor Histórico da Lapa, lá está um fato ligado ao episódio. Foi o Cerco da Lapa que justificou o processo de tombamento dos casarios que compõem o Setor Histórico. Foi pela resistência do Cerco da Lapa, que se combateu o movimento maragato rebelde e assegurou-se a república pica-pau no Brasil. E foi também o Cerco da Lapa um dos temas utilizados por intelectuais de veia paranaense para discorrer sobre a construção de uma identidade específica ao paranaense.

É nesse sentido que, na Lapa, é possível identificar, no monumento edificado, a memória local e regional traduzida como um documento que, permanecendo presente, pode exprimir temporalidades e significações culturais, identitárias e ideológicas, reveladas pelo patrimônio tombado.

Constatou-se, ainda, que os objetivos paranaenses de identificação comum e de culto aos marcos históricos, simbolizadores do ideário positivista e republicano no Brasil, encontraram sustentação ideológica justamente na narrativa preservacionista que se referenciava na escrita tradicional da história local/regional.

O contexto em que se gerou a construção de uma identidade paranaense sustentou-se no universo simbólico do paranismo (PEREIRA, 1997), momento este em que se elegeram símbolos identificadores para o Paraná, como os elementos que compõem o próprio brasão do Estado, assim como o pinheiro do Paraná, símbolos estes eleitos pela própria intelectualidade ligada ao contexto político-econômico da erva-mate.

Entre os paranaenses encontram-se os primeiros historiadores que idealizaram uma história tipicamente paranaense. Assim, foram especialmente elucidativos os estudos de Romário Martins, no que se refere à relação entre o processo de produção historiográfica regional e a construção identitária paranaense. Outro historiador, de especial relevância na

presente pesquisa, foi David Carneiro, que se constituiu em uma referência fundamental na análise do Cerco da Lapa e da Revolução Federalista no Paraná:

A Lapa era um baluarte isolado, defendendo a ordem e a lei dentro de um campo de anarquia. Por coincidência decide-se sua sorte no mesmo dia em que sérios combates de centro, mostram inócua a ação ofensiva dos revolucionários, e esse mês de fevereiro assiste no Rio Grande, no Paraná e na Guanabara aos conjuntos decisivos de operações que hão de dar ganho de causa à República, à ordem e conseqüentemente às condições essenciais e básicas do progresso. (1982, p. 195).

E, na análise sobre a produção historiográfica paranista, lá estava o Cerco da Lapa, simbolizado como o marco histórico que permeou a vitória republicana federalista em oposição aos chamados maragatos, marco histórico reiteradamente lembrado e sacralizado pela narrativa preservacionista dos patrimônios tombados da Lapa, que contam tantas histórias de seus heróis republicanos, da luta e do combate vivido por vinte e seis dias memoráveis de resistência (CARNEIRO, 1934) e pela morte, em fevereiro de 1894, do seu herói mais representativo, o General Gomes Carneiro.



**Figura 2 - 'A MORTE DO GENERAL CARNEIRO' POR THEODORO DE BONNA
(MUSEU HISTÓRICO DA LAPA)
Fonte: Foto Gaio – Lapa/PR**

A construção de uma identidade paranaense remete à memória de um grupo, de uma classe dominante (OLIVEIRA, 2001), fomentada pela intelectualidade paranista, promovida pelo processo de industrialização da erva-mate no Paraná. Os patrimônios tombados na Lapa vêm, então, para representar a imagem, o espaço e a concretude das seleções de memória, correspondendo aos objetivos da história que heroifica, tornando-a memorável. Entretanto, objetiva-se questionar qual o significado deste termo “memorável”? De que forma essa memorialidade corresponde, no caso em questão, à memória do paranaense e ao processo de construção de sua identidade?

Segundo Machado (1986), a formação histórica do Paraná estaria delineada por “três grandes migrações movimentadas”, uma no século XVII e duas no século XX, produzindo três tipos de colonização, “contíguas e conflitantes entre si”, mantidas enquanto unidade apenas por pertencerem a um mesmo Poder Administrativo, caracterizando o que já se convencionou denominar regionalmente de Paraná Tradicional, que se configura a partir do século XVII e de Paraná Moderno, a partir do século XX:

A História do Paraná tem sido a história da ocupação do seu território e da formação das comunidades paranaenses, conforme ensina Brasil Pinheiro Machado. Três foram as ondas povoadoras que, em conjunturas diversas e com motivações distintas, realizaram esta ocupação e formaram as comunidades regionais que hoje constituem o Paraná. Assim, a História do Paraná compreende a formação de três comunidades regionais: a do **Paraná tradicional**, que se esboçou no século XVII, com a procura do ouro, e estruturou-se no século XVIII sobre o latifúndio campeiro dos Campos Gerais, com base na criação e no comércio do gado e, mais tarde, no século XIX, nas atividades extrativas e no comércio exportador da erva-mate e da madeira; e as do **Paraná moderno**, já no século XX, sendo a do **Norte**, com a agricultura tropical do café e que, pelas origens e interesses históricos, ficou, a princípio, mais diretamente ligada a São Paulo, e a do **Sudoeste e Oeste**, dos criadores de suínos e plantadores de cereais que, pelas origens e interesses históricos, ficou a princípio mais intimamente ligada ao Rio Grande do Sul. (CARDOSO; WESTPHALEN, 1986, p. 9).

Quando os significados dos patrimônios tombados na Lapa apontam o Cerco como o marco histórico nacional, que salvaguardou a república brasileira, acabam por reforçar a ideia paranista de construção de uma identidade específica do paranaense. Esta intenção aponta para uma escrita paranista da história regional, apoiando-se nos princípios de uma história positivista e historicista, que enaltece heróis e grandes feitos, produzindo uma história oficial, unilateral e hegemônica.

E tal história reforça o intento de registrar a memorabilidade da identidade paranaense, mas baseada no discurso fundador do Paraná Tradicional. Este discurso, ao estabelecer vínculos com o ideário paranista, evidencia sua sustentação tomando por base uma intelectualidade que produz uma história paranaense, mas pelo olhar do paranaense tradicional e enquanto discurso legítimo de identidade regional. É em torno desta

legitimidade que se percebeu a oficialidade da narrativa preservacionista em questão e que se compreendeu as produções da memória identitária paranista enquanto mantenedora de uma narrativa legítima e que se tornou memorável.

Considerou-se que a narrativa preservacionista configura-se como indissociável ao estudo historiográfico e curricular, embora esta relação permaneça oculta em algumas abordagens que referenciam esta temática de pesquisa, reiterando muitas vezes aspectos positivistas e legitimadores em conceitualizações compactas e pretensamente neutras no estudo da história e da memória.

Entre a memória e o memorável

Os estudos sobre os processos de tombamento do patrimônio cultural têm suscitado alguns temas recorrentes, entre os quais se destaca a necessidade de preservação da memória enquanto suporte identitário das sociedades.

Segundo Nora (1993, p. 7), a mundialização, a massificação e a mediatização acabaram por contribuir para a “aceleração da história”², impulsionando uma busca incessante por se manter “lugares” que venham a representar a memória de uma respectiva identidade cultural:

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda a memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória.

Entretanto, se resiste o sentimento de continuidade, quais os significados da cultura que se procura preservar com um tombamento? E em que medida tal preservação corresponde aos objetivos ideológicos de uma dada produção de memória?

Nora (1993, p. 9), considerando a memória pela sua vulnerabilidade e a história enquanto reconstrução problemática e incompleta, aponta para a necessidade de constituição dos lugares da memória. Por isso, a criação de mecanismos e lugares que garantam o sentimento de continuidade enquanto elo identificador, apontando para a seguinte definição dos lugares de memória:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais [...]. O tempo dos lugares, é esse

momento preciso onde desaparece um imenso capital que nós vivíamos na intimidade de uma memória, para só viver sob o olhar de uma história reconstituída [...] Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões da eternidade [...] fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio: sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos. (NORA, 1993, p. 12-13).

O estudo sobre a memória do patrimônio tombado traz à tona o próprio sentido da história, revelando que os processos preservacionistas de seleção de bens culturais traduzem formas de expressões sociais, bem como construções conceituais sobre o próprio patrimônio cultural (LUPORINI, 1997).

No entanto, se anteriormente os significados do patrimônio construído apontavam, conforme Oriá (1998, p. 134), para o entendimento restrito de sua concretude física de “pedra e cal”, atualmente, os significados patrimoniais encontram significantes na formação de identidades histórico-culturais:

Vale ressaltar que o patrimônio histórico-cultural não constitui apenas um acervo de obras raras ou da cultura de um passado remoto e distante, nem serve tão-só para lembrarmos nostalgicamente os tempos idos. A valorização e o conhecimento de um bem cultural, que testemunha a História ou a vida do país, pode ajudar-nos a compreender quem somos, para onde vamos, o que fazemos, mesmo que muitas vezes pessoalmente não nos identifiquemos com o que esse mesmo bem evoca, ou até não apreciemos sua forma arquitetônica ou o seu valor histórico. O importante é que ele faz parte de um acervo cultural que deve ser preservado por toda a comunidade, pois é revelador e referencial para a construção de nossa identidade histórico-cultural.

Já para Paoli (1992, p. 25), numa “cultura plural e conflitante”, em que “diferentes versões se contrariam”, estabelece-se uma multiplicidade de sentidos entre os conceitos de história, cidadania, passado, patrimônio, produção simbólica e material. Porém, uma preservação patrimonial somente encontraria sentido ao revelar-se enquanto expressão social por meio de sua significação coletiva:

[...] quando se fala em patrimônio histórico, pensa-se quase sempre em uma imagem congelada do passado. Um passado paralisado em museus cheios de objetos que ali estão para atestar que há uma herança coletiva – cuja função social parece suspeita. Monumentos arquitetônicos e obras de arte espalhadas pela cidade, cuja visibilidade se achata no meio da paisagem urbana. Documentos e material historiográfico que parecem interessar somente a exóticos pesquisadores. Modos de expressão folclorizados e destituídos de seu sentido original. A atitude externa que habitualmente se tem com relação a este passado mostra o quanto a sua preservação – como produção simbólica e material – é dissociada de sua

significação coletiva, e o quanto está longe de expressar as experiências sociais.

Entretanto, mesmo que as apreensões conceituais se mostrem dissociadas de significações coletivas sobre a preservação e o tombamento de bens culturais, pode-se dizer que, de certa forma, houve um avanço discursivo com o teor da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, tendo em vista que o emprego da nova terminologia “patrimônio cultural”, em substituição à designação anterior de “patrimônio histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico e paisagístico”, ampliou o entendimento acerca dos bens culturais que constituem o patrimônio histórico brasileiro. Compreende-se, por conseguinte, tais bens como suportes de identificações coletivas patrimoniais tanto materiais como imateriais:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

(BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, 1998, p. 141).

Mas, ainda que o conceito tenha sido revisto, não se pode desconsiderar o caráter ideológico³, contido na rede de significações culturais, do que vem a configurar um patrimônio tombado, tendo em vista a sua própria carga documental.

Pode-se dizer que os significados do patrimônio tombado na Lapa remetem à representatividade cultural do monumento⁴ enquanto documento, perpassando pela própria concepção histórica que o sustenta⁵, assim como se refere à própria visão crítica do historiador no que tange ao documento enquanto monumento:

A concepção do documento/monumento é, pois, independente da revolução documental e entre os seus objetivos está o de evitar que esta revolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: a crítica do documento – qualquer que seja ele – enquanto monumento. O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.

(LE GOFF, 1996, p. 545).

Nessa perspectiva, o episódio do Cerco da Lapa adquire fundamental relevância no ensino de história local/regional, pela própria disponibilidade documental oferecida no cotidiano, ou seja, a própria visão da materialidade dos monumentos tombados do Setor Histórico da Lapa, possibilita que se trabalhe com o momento histórico demarcado no documento histórico presente.

Mas, se o estudo sobre a memória possibilita que se trate do monumento tombado enquanto documento, em que medida o Cerco da Lapa assume o sentido de memória ou de memorável? Pode-se responder a tal questionamento ao se atentar para a narrativa preservacionista e a eleição do aspecto do “memorável” na aplicação legal de um tombamento, entendendo que a memória, que se fundamenta em condições de produção legitimadoras, acaba por classificar-se pelo aspecto do memorável.

E o significado do termo “memorável” contempla notável relevância no estudo sobre a memória do patrimônio tombado, especialmente ao se procurar interpretar o contexto em que medeiam as ações preservacionistas de bens culturais pelo viés da oficialidade, ou seja, das leis que regulamentam a proteção patrimonial, bem como sobre as concepções intelectuais que as produziram:

Essa política de preservação que norteou a prática do SPHAN e seus similares nos estados e municípios objetivava passar aos habitantes do país a idéia de uma memória unívoca e de um passado homogêneo e de uma História sem conflitos e contradições sociais. A concepção predominante era a de forjar uma identidade nacional única para o país, excluindo as diferenças e a pluralidade étnico-cultural de nossa formação histórica. (ORÍÁ, 1998, p. 131).

Note-se que a própria concepção de identidade nacional perpassa pela ideia de uniformidade e de homogeneidade, de “uma história sem conflitos e sem contradições”, ou seja, de uma “memória unívoca”, conforme apontou Oriá (1998); tudo isso pela busca em se construir uma memória nacional, como é de se notar pela valorização conceitual do termo “memorável”, conforme o teor do Decreto-lei nº. 25/37, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, e assim dispõe em seus artigos primeiro e segundo:

Art. 1º. Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação, seja de interesse público, quer por sua vinculação a **fatos memoráveis da história do Brasil** [grifo meu]⁶, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Art. 2º. A presente lei se aplica às coisas pertencentes às pessoas naturais, bem como às pessoas jurídicas de direito privado e de direito público interno. (BRASIL. Decreto-lei nº. 25, 1937).

A preocupação com os “fatos memoráveis” torna-se ainda mais evidente quando se apreende o contexto político-ideológico em que tais narrativas preservacionistas se inserem:

As narrativas patrimonialistas estão ligadas à formulação das políticas oficiais que institucionalizaram a preservação e a definição dos bens patrimoniais no país [...] Uma vez mergulhada numa *tradição inventada* [grifo do autor] narrativamente e associadas a símbolos nacionais, não se pode desconsiderar o estudo do contexto mais amplo. Pois seria inconcebível imaginar qualquer medida que reabilitasse sítios históricos, arqueológicos ou artísticos, sem a ação intervencionista e disciplinadora do Estado. (KERSTEN, 2000, p. 16).

A lei estadual que dispõe sobre o Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Estado do Paraná, inteiramente baseada no Decreto-lei nº. 25/37, também atenta para a questão do memorável, configurando-se em, praticamente, uma cópia do mencionado Decreto-lei:

Art. 1º. - Constitui o Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Estado do Paraná o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no Estado e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a **fatos memoráveis da História do Paraná** [grifo meu], quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico, assim como os monumentos naturais, os sítios e paisagens que importa conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana. (PARANÁ. Lei nº. 1.211, 1953).

E qual foi o “fato memorável” que ofereceu uma narrativa preservacionista com artifícios ideológicos de oficialidade na luta política nacional, norteando o processo de tombamento na Lapa? Certamente que foi o Cerco da Lapa que, conforme consta no Processo de Tombamento nº. 01/89, do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, assim designou o tombamento do Setor Histórico da Lapa:

A importância histórica da Lapa para os paranaenses é incontestável, discorrer sobre ela para este colendo Conselho é, com certeza, desnecessário. Com suas origens associadas ao tropeirismo – atividade com que se envolveu no correr dos séculos XVIII e XIX – a gente lapeana esteve ligada também aos ciclos do mate e da madeira, produzindo um lugar e um modo de vida que se caracterizam como testemunho do conjunto de movimentos econômicos e sociais que marcaram a formação do que se convencionou chamar de Paraná tradicional. Não bastasse este aspecto, o cerco da Lapa, episódio vinculado à Revolução Federalista de 1.879, a liga a acontecimentos históricos de importância nacional [...] Também para ilustrar que **a área do patrimônio histórico encontra-se vinculada a “fato memorável da História do Paraná”** [grifo meu], com mapa existente na publicação de David Carneiro intitulada O Cerco da Lapa e seus Heróis [...] que mostra, simultaneamente, o perímetro do setor e os locais de ocorrência de fatos notáveis que se passaram no decorrer do já citado Cerco da Lapa. (PROCESSO de Tombamento, 1993, p. 75).

Note-se que, embora tenha sido salientada no Processo nº. 01/89 a trajetória histórica da Lapa, como uma das cidades que constituem a formação histórica do Paraná Tradicional⁷, o que configurou um “fato memorável” de significância nacional, ainda que, nesse momento, o tombamento do Setor Histórico fosse estadual, foi o episódio do Cerco da Lapa.

A importância preservacionista referenciada a tal episódio veio a demarcar até os limites do Setor Histórico conforme os “fatos memoráveis” que evidenciaram o decorrer daqueles 26 dias referentes à resistência ocorrida na Lapa quando da Revolução Federalista no Paraná – a revolução que “salvou” a república, garantindo o tom memorável ao que se pretendia preservar enquanto “memória unívoca” (ORÍ, 1998).

Assim, os patrimônios tombados podem assumir signos sociais e culturais instituídos na narrativa de seu próprio processo de tombamento. Afinal, a materialidade de um monumento tombado encontra representatividade histórico-cultural quando garantida por uma dada produção historiográfica. A ideologia em questão alcança o imaginário social pela própria narrativa preservacionista, que, ao oficializar-se, reforça também o intento de uma intelectualidade envolvida.

Na Lapa, a simbologia paranista pode constituir-se em objeto de estudo da história local/regional. Ao se trabalhar o contexto histórico que elegeu signos e símbolos regionais e valorizou discursos ufanistas pelo viés do “memorável”, encontra-se a expressão de uma relação positivista e historicista nesse processo de produção historiográfica, justificando assim o próprio processo de tombamento na Lapa, bem como sua relação com a elaboração curricular para o ensino de história local e regional.

Mas ressalte-se que a cientificidade do estudo da memória também vem sendo tecida pelo revolucionar do estudo na história, permitindo apreender identificações coletivas traduzidas por suas temporalidades históricas, servindo-se, para tanto, de metodologias específicas de pesquisa e fontes documentais que privilegiam a percepção de novas abordagens e de novos objetos na história.

A Nova História veio, então, a caracterizar-se mais pela sua reação à história tradicional, ou rankeana, conforme Burke (1992, p. 10):

Será conveniente descrever este paradigma tradicional como “história rankeana”, conforme o grande historiador alemão Leopold von Ranke (1795-1886), embora este estivesse menos limitado por ele que seus seguidores (Assim como Marx não era um marxista, Ranke não era um rankeano). Poderíamos chamar este paradigma de a visão do senso comum da história, não para enaltecê-lo, mas para assinalar que ele tem sido com frequência – com muita frequência – considerado a maneira de fazer história, ao invés de ser percebido como uma dentre várias abordagens possíveis do passado.

Perceber o quanto o paradigma tradicional⁸ em história exerceu influência no entendimento do senso comum, permite que se vislumbre o quanto pode a história rankeana continuar presente historicamente no imaginário social. É justamente a possibilidade de se considerar outras formas de fazer uma nova história, que forneceu subsídios aos estudiosos da memória, para desenvolver um novo campo de estudo científico que permitisse, pela

variedade documental, o entendimento do imaginário social no fazer histórico e a compreensão dos lugares de memória enquanto “lugares onde a memória se cristaliza e se refugia”, permanecendo, portanto, ligada a um “momento particular da nossa história” (NORA, 1993).

O processo de tombamento na Lapa/PR

As informações contidas na Série Estudos dos *Cadernos do Patrimônio – Lapa: um passeio pela memória*, editada pela Secretaria da Cultura do Estado do Paraná, sob coordenação de sua Curadoria do Patrimônio Histórico, subsidiaram os dados para a presente pesquisa sobre os processos de tombamentos na Lapa, em que se utilizou da cópia da inscrição no Livro Tombo, cópia das normas de uso e ocupação do solo, bem como do Manual para Intervenção no Setor Histórico.

Procurou-se, assim, elaborar um quadro em que se permitisse uma melhor visualização dos passos e das etapas dos tombamentos de alguns dos monumentos mais significativos na Lapa, juntamente com as intervenções que se fizeram necessárias, entre os níveis federal, estadual e municipal:

QUADRO DE BENS TOMBADOS NA LAPA-PR			
DATA	MONUMENTO	ÓRGÃO PROTETOR	NÍVEL
1938	Casa Lacerda*	IPHAN**	Federal
1972	Casa Lacerda	Curadoria***	Estadual
1938	Igreja Matriz de Santo Antônio*	IPHAN	Federal
1938	Casa onde morreu o General Carneiro*	IPHAN	Federal
1940	Casa de Câmara e Cadeia	IPHAN	Federal
1969	Teatro São João	Curadoria	Estadual
1985	Teatro São João	IPHAN	Federal
1971	Museu de Armas	Curadoria	Estadual
1981	Casa Vermelha	Curadoria	Estadual
1980****	Centro Histórico da Lapa	Prefeitura	Municipal
1989	Setor Histórico da Lapa*****	Curadoria	Estadual
<p>* As três edificações foram referenciadas por David Carneiro na obra “O Cerco da Lapa”.</p> <p>** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.</p> <p>*** Curadoria do Patrimônio Cultural, vinculado à Secretaria de Cultura do Estado do Paraná.</p> <p>**** O Centro Histórico da Lapa foi criado institucionalmente, a partir da delimitação do Plano Diretor da Cidade no final da década de 70 entre a Prefeitura Municipal da Lapa, a Universidade Federal do Paraná - UFPR e a Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná - FAMEPAR. No entanto, tal Plano Diretor somente transformou-se em Lei Municipal em 1980.</p> <p>***** O Setor Histórico da Lapa assim foi denominado pela Curadoria do Patrimônio Histórico,</p>			

órgão encarregado pelos tombamentos no Estado do Paraná. A intervenção estadual foi necessária, tendo em vista pedido do Prefeito Sérgio Leoni com a justificativa embasada pela fragilidade do Plano Diretor Municipal, conforme alterações realizadas pela Câmara Municipal no tocante à redução da área do Centro Histórico, propiciando uma iminente ameaça de demolição dos imóveis que permaneceriam doravante fora do perímetro que havia sido delimitado para preservação.

Fonte: CADERNOS do Patrimônio – Lapa: um passeio pela memória, 1993

Ao se tratar do patrimônio tombado da Lapa e do seu processo de tombamento, é fundamental que se procure salientar as marcas historiográficas que evidenciaram o Cerco da Lapa como o episódio central das invocações patrimoniais locais.

Assim, optou-se por incluir uma breve descrição sobre os patrimônios tombados que compõem o Setor Histórico da Lapa, procurando apontar a simbologia que corresponde a tais marcas historiográficas, como forma de apreender detalhes históricos, selecionados e cuidadosamente preservados, referentes ao Cerco da Lapa – sem com isso deixar de usufruir, também, da leitura que o passeio proporciona, inteirando-se de outros detalhes sobre o conjunto arquitetônico em questão. Para facilitar a visão do leitor, optou-se por grifar aspectos que referenciem tal episódio.

Os primeiros tombamentos na Lapa, Casa Lacerda, Igreja Matriz de Santo Antônio e a Casa onde morreu o General Carneiro (atualmente Museu Histórico da Lapa), remontam à criação do próprio órgão federal de proteção ao patrimônio cultural, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN⁹, em 1937, época em que foi promulgado o Decreto-lei nº. 25/37, que trata da “proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”.



Figura 3 – CARTÃO-POSTAL DA CASA LACERDA

Fonte: Prefeitura Municipal da Lapa/PR

A Casa Lacerda foi a residência¹⁰ do herói lapeano, Coronel Lacerda, e também o local onde foi assinada a Ata de Capitulação da Lapa:

Casa construída pelo casal Manoel José Correa de Lacerda e Leocádia Cassiana Rezende Correa de Lacerda – ele, português, ela descendente dos fundadores da Lapa [...] nela nasceria e viveria, entre outros nove filhos do casal, Joaquim Rezende Correa de Lacerda, cujo nome está ligado à história do Paraná e do Brasil por sua condição de herói da resistência ao assédio federalista à cidade, em 1894 [...] **Bastante ligada à história do Paraná, a “Casa dos Lacerda”, como é conhecida a edificação, foi bastante visada durante o cerco sofrido pela cidade, havendo, mesmo, recebido vários impactos que destruíram diversas dependências. Nela faleceu, vítima de ferimento recebido em combate, o coronel Dulcídio Pereira, dias antes da capitulação** [grifo meu]. (SOUZA; LYRA, 1994, p.99-100).

Por outro lado, a Casa Lacerda expressa o cotidiano e os costumes de uma família de classe média alta que, de geração em geração, vivenciou uma relação familiar que apresenta características peculiares. Suas paredes, móveis e objetos pessoais, preservados para exposição, revelam que a história dos costumes subsistiu à história de mão única, ainda que não tenha sido tombada para esse fim.

Já a Igreja Matriz de Santo Antônio é o monumento preservado mais antigo da cidade, constituindo-se em um bem cultural que remonta à época do tropeirismo em que, ao longo do Caminho do Viamão, estabeleceram-se pousos e internadas, bem como à distribuição de sesmarias, dando origem à então freguesia de Santo Antônio da Lapa, posteriormente denominada de Vila Nova do Príncipe de Santo Antônio da Lapa.



Figura 4 – CARTÃO-POSTAL DA IGREJA MATRIZ DE SANTO ANTÔNIO
Fonte: Prefeitura Municipal da Lapa/PR

Nessa Igreja foram sepultados os heróis do Cerco, Coronel Gomes Carneiro e Coronel Cândido Dulcídio:

A edificação constitui bom exemplo da arquitetura luso-brasileira da segunda metade do século XVIII, pelo emprego da técnica em pedra, pela torre sineira e pelo desenho barroco do frontão. De grande interesse ornamental, os elementos da fachada feitos com grés (arenito local) [...] **Nela foram sepultados os coronéis Gomes Carneiro e Cândido Dulcídio, heróis do Cerco da Lapa, durante a Revolução Federalista de 1894** [grifo meu]. (SOUZA; LYRA, 1994, p. 104).



Figura 5 - FOTO DA FACHADA DO THEATRO SÃO JOÃO E DA CASA ONDE MORREU O GENERAL CARNEIRO (ATUALMENTE MUSEU HISTÓRICO DA LAPA)

Fonte: Foto Gaio – Lapa/PR

A Casa onde morreu o General Carneiro (casa à esquerda do Teatro São João), atualmente Museu Histórico da Lapa, sugere, pela sua própria denominação, o valor histórico de sua representação. A referida Casa constitui um bom exemplo de como uma edificação, considerada comum arquitetonicamente, pode representar patrimonialmente a definição de um momento histórico:

Edificação sem maior interesse, do ponto de vista arquitetônico, mas extremamente importante por estar ligada a fato histórico relacionado ao episódio militar da heróica resistência da cidade da Lapa durante a Revolução Federalista, em 1894. **Nela faleceu o então coronel General Antonio Ernesto Gomes Carneiro, oficial de carreira designado pelo marechal Floriano Peixoto para o posto de comandante das forças que,**

no estado do Paraná, se opunham aos revoltosos comandados por Gumerindo Saraiva, os quais procedentes do Sul, o haviam invadido [grifo meu]. (SOUZA; LYRA, 1994, p. 100).

O Teatro São João apresenta fachada em estilo neoclássico, integrando o Setor Histórico da Lapa como um dos primeiros espaços cênicos do Paraná e do interior do Brasil. Ao se visitar o Teatro, um dos pontos máximos desse roteiro histórico é a passagem secreta construída da Casa onde morreu o General Carneiro a um dos camarins situados na parte interna do Teatro – efetivo meio de comunicação dos combatentes durante o Cerco da Lapa.



Figura 6 – CARTÃO-POSTAL DA PARTE INTERNA DO THEATRO SÃO JOÃO

Fonte: Prefeitura Municipal da Lapa/PR

O Teatro serviu como enfermaria durante o Cerco da Lapa, tendo sofrido significativos ataques de balas de canhão em sua estrutura. Ao longo do século XX, especialmente a partir de 1930, o local foi utilizado com outros fins que não cênicos, abrigando exposições agrícolas e transformando-se em local para projeção cinematográfica e difusão radiográfica.

A construção do Teatro foi incentivada pela Associação Literária Lapeana, “[...] cujos objetivos eram os de organizar seleta biblioteca sobre assuntos vários e construir-se um teatro, para encenação de espetáculos”. À época de uma visita do Imperador D. Pedro II em 1880, já se contavam com mais

de mil e quinhentas obras seletas, embora somente tenha sido inaugurado enquanto espaço cênico em 1887. Sua estrutura interna em madeira, compara-se à casas de espetáculo de outras regiões brasileiras, como o Teatro Municipal de Ouro Preto em Minas Gerais (SOUZA; LYRA, 1994, p.101).



Figura 7 – CARTÃO-POSTAL DA CASA VERMELHA
Fonte: Prefeitura Municipal da Lapa/PR

A Casa Vermelha constitui-se em uma das moradias mais antigas da cidade. Sua construção é datada da primeira metade do século XIX, servindo-se, ao longo dos anos, tanto de casa residencial e comércio, quanto de hotel. No Cerco da Lapa, a propriedade já atendia às funções de hotelaria e pertencia a uma família imigrante de origem alemã:

Em 1894, durante a Revolução Federalista, a cidade da Lapa foi cercada e o hotel citado no diário do médico Dr. Felipe Maria Wolf: “23 de novembro, quinta-feira. **Todas as casas e vendas estão fechadas. No hotel de Germano Ehke, somente o velho e a família estão em casa. Não conseguimos hospedagem e também não existe quase nada para comer...**” [grifo meu]. (SOUZA; LYRA, 1994, p. 102).

Atualmente, a Casa Vermelha é um Centro de Artesanato, sendo utilizada para exposições, oficinas e comercialização do artesanato, não interferindo de forma alguma na preservação de sua estrutura. Aliás, saliente-se que a denominação de Casa Vermelha deve-se ao fato de, por muitos anos, permanecer pintada na cor vermelha, embora não fosse essa a sua cor original:

O maior interesse de sua arquitetura está na coexistência, perfeitamente evidenciada, das duas fases marcantes de sua história: a morada-comércio, tipicamente luso-brasileira, erguida com taipa de mão [...] e a ampliação para fins hoteleiros, com traços de influência da imigração alemã na forma, acentuadamente inclinada da cobertura e no seu material – telhas em escama, ou telhas alemãs, como eram chamadas. (SOUZA; LYRA, 1994, p. 102).



Figura 8 – CARTÃO-POSTAL DA CASA DE CÂMARA E CADEIA
Fonte: Prefeitura Municipal da Lapa/PR

A Casa de Câmara e Cadeia foi construída durante o final da primeira metade do século XIX, tendo suas obras concluídas somente no ano de 1868:

Um dos últimos exemplares de Casa de Câmara e Cadeia que restou no estado do Paraná segue um partido arquitetônico freqüente: prédio assobradado, isolado em terreno amplo, composição simétrica com duas portas externas – uma para a fachada principal, de entrada para a cadeia, e a outra, lateral, abrindo para o *hall* de escada de acesso à Câmara. A função carcerária do pavimento térreo é exteriormente identificada não só pelo gradeado das janelas como também pelo aspecto maciço das paredes de alvenaria de pedra em que os cheios predominam sobre os vazios. (SOUZA; LYRA, 1994, p. 97).

O edifício abrigou o Museu da Revolução Federalista a partir de 1944, em homenagem à data comemorativa do 50º aniversário do Cerco da Lapa. O Museu contava

com objetos utilizados durante o Cerco da Lapa, pertencentes ao intelectual David Carneiro. Posteriormente, o acervo do autor do “Cerco da Lapa” foi transferido para Curitiba, fazendo parte do acervo do próprio David Carneiro.¹¹ Atualmente, no pavimento térreo da Casa de Câmara e Cadeia encontra-se uma farta exposição bélica e de utensílios utilizados no episódio do Cerco da Lapa.

Enfim, ao procurar apontar a simbologia contida nos patrimônios tombados do Setor Histórico da Lapa, referentes ao episódio do Cerco da Lapa, acabou-se esbarrando na própria significação de um processo de tombamento. Mas afinal, o que pode ser entendido por “tombamento”? Ainda que interdependentes, tombamento não corresponde necessariamente à preservação do patrimônio, sendo que:

Preservação é o conceito genérico. Nele podemos compreender toda e qualquer ação do Estado que vise conservar a memória de fatos ou valores culturais de uma Nação. É importante acentuar este aspecto já que, do ponto de vista normativo, existem várias possibilidades de formas legais de preservação. (CASTRO, 1991, p. 5).

Se preservação é um conceito genérico, o que é específico para o termo “tombamento”, já que seu desentendimento conceitual pode remeter a possíveis inversões na sua concepção? Na Lapa, no período em que arrolavam os processos de tombamento do Centro Histórico da Lapa, suscitou-se, por parte da própria comunidade lapeana, argumentações a respeito da palavra “tombar”, no sentido de compreendê-la enquanto “deitar ao chão; fazer cair”, “declinar; descair” – e não enquanto “fazer o tombo de; arrolar, inventariar, registrar”. (FERREIRA, 1986, p. 1987).

Em entrevista com o prefeito, que fomentou o pedido de tombamento, em 1989, do Setor Histórico da Lapa à Secretaria do Estado do Paraná, abordou-se até sobre a questão da participação popular na decisão do tombamento dos patrimônios edificadas na cidade, em que:

A população foi manipulada politicamente [...] porque a população nem sabia o que era tombamento; quando nós fizemos o tombamento, pensavam que eu iria derrubar, quebrar [...] a etimologia era usada ao contrário. E foi um pouco difícil porque eu fui ameaçado, fui ofendido, uma porção de coisas... que aconteceram, mas o importante é que agora a população entende também [...] O número de pessoas que vem para a Lapa em função da Lapa estar tombada é bem significativo. Mas foi difícil.¹²

A participação da comunidade lapeana no processo de tombamento foi também questão abordada em entrevista com a Diretora do Departamento de Cultura da Lapa, com o seguinte depoimento:

[...] a população lapeana insuflada por pessoas que eram contrárias [...] criaram a noção de que tombamento significava estagnação, congelamento de uma cidade e que nada mais poderia ser feito, nada mais poderia ser construído, nada mais poderia ser mexido. E eles achavam que isso poderia atrasar o desenvolvimento da Lapa [...] Então houve muita resistência, por parte da população que dizia que o prefeito somente queria arrumar casa velha.¹³

Entre os aspectos que mais tiveram peso na oposição aos tombamentos, certamente, foi o de esbarrar no direito de propriedade privada¹⁴. O tombamento do patrimônio edificado da Lapa veio a estabelecer normas de uso do solo, taxas de ocupação, bem como normas urbanísticas de preservação e manutenção da arquitetura dos patrimônios tombados. Conforme José La Pastina Filho, um dos arquitetos responsáveis pela elaboração do Plano Diretor realizado pela Universidade Federal do Paraná, pela Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná - FAMEPAR e pela Prefeitura Municipal da Lapa, para delimitação do “Centro Histórico”, que doravante passaria a ser denominado “Setor Histórico da Lapa”:

Dentro dessa área já havia sete edificações tombadas a nível estadual e, destas, cinco também a nível nacional. A legislação municipal conseguiu segurar, efetivamente, durante muito tempo, o processo de descaracterização do setor histórico da Lapa, mas com a eleição de 1986, a esfera municipal passou a atuar com total inversão de vetor, como se a preservação fosse um mal para a cidade, buscando ilusoriamente o progresso através de construções de maior altura [...] Na verdade, é preciso reconhecer que a população de uma cidade, de qualquer cidade do mundo, aceita com maior tranquilidade as normas de caráter genérico, como uso do solo ou taxa de ocupação. Mas as normas de preservação da arquitetura aparecem como restrição ao direito de propriedade, são mais difíceis de aceitar. (LA PASTINA, 1993, p. 44-45).

Sendo assim, convém relatar acerca das impugnações feitas a partir de abril de 1989, quando a Secretaria da Cultura do Estado, ao denominar o Setor Histórico da cidade, publicou um Edital de Tombamento:

Ao todo, são 23 os pedidos de impugnação que alegam, como principal argumento, o caráter ‘genérico’ da medida que, tomada pelo Estado, para eles, ‘não partiu de nenhum critério’. Os reclamantes pedem ao Estado que produza provas ‘testemunhal, pericial e documental’. (PROTEGENDO a Memória, 1993, p. 35).

Tais argumentações, entretanto, não tiveram êxito, sendo portanto registrado o Tombamento do Setor Histórico da Lapa em Livro do Tombo Histórico, pela Secretaria da Cultura do Estado do Paraná (SEEC):

A cidade da Lapa é um marco referencial do processo de ocupação do segundo planalto paranaense no século XVIII. Estruturou-se ao longo do antigo caminho das tropas gerando uma conformação urbanística linear, constituída de ruas paralelas ao caminho, interligadas por travessas de reduzida largura. A singularidade de sua arquitetura antiga manifesta-se pela tipologia dominante, de casas térreas construídas no alinhamento. A área delimitada caracteriza-se pela qualidade urbanística e arquitetônica do conjunto, cuja preservação é de fundamental importância para a história do Paraná e do Brasil. O tombamento garantirá a harmonia e valor histórico cultural da paisagem urbana da cidade. (INSCRIÇÃO no Livro Tombo, 1993, p. 65).

Diante de todo esse processo de contraposições e argumentos sobre o tombamento do Setor Histórico da Lapa, convém refletir também sobre o jogo de interesses políticos em questão, em que o tombamento municipal pode tornar-se mais vulnerável, encontrando mais desembaraços ou menos impedimentos legais em ações contra o patrimônio tombado somente pelo município. Já os monumentos tombados pelos níveis estadual ou federal estariam em situação de mais garantia e amparo legal, tendo em conta os próprios entraves burocráticos propiciados pelos trâmites da lei.

Considerando que o processo de tombamento se apresenta muito mais como uma iniciativa oficial, não correspondendo, ao menos num primeiro momento, aos anseios da comunidade da Lapa, questiona-se o grau de representatividade do patrimônio tombado. O que se preservou? Para quê e para quem?

Procurando responder aos questionamentos apontados, é possível perceber, conforme os dados levantados, que à época dos tombamentos, o apelo de tombamento e preservação não partiu da população, mas de órgãos públicos, engajados na preservação da memória:

1989 – pressionado por constantes ameaças de demolições de edifícios localizados dentro do perímetro do Centro Histórico e por autorizações já concedidas – com base na alteração da lei – para construções fora dos gabaritos fixados especialmente para a área, o Prefeito Municipal, Sérgio Leoni, decide apresentar ao Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico uma solicitação de tombamento do Centro Histórico da Lapa. (PROTEGENDO a Memória, 1993, p. 35).

Entretanto, a comunidade da Lapa tornou-se beneficiária no tombamento e na preservação do Setor Histórico, que preservou vestígios de sua identidade cultural. Mas a conquista de uma maturidade preservacionista, veio especialmente por meio de uma proteção legal, garantida conjuntamente pelas instâncias jurídicas dos poderes municipal, estadual e federal:

[...] entendemos que a preservação deve se dar em todas as instâncias, desde o nível comunitário, através de seus organismos de representação.

Deve passar pelo município, através da inserção de medidas de caráter urbanístico na sua legislação. Deve haver ação do Estado, através dos poderes que a lei lhe confere. E o tombamento a nível federal deve vir não como uma panacéia para sanar problemas emergenciais ou apagar um incêndio: o tombamento federal deve ser entendido como o reconhecimento do valor do bem preservado para toda a nação. (LA PASTINA, 1993, p. 45).

Nesse ponto, faz-se necessário ressaltar sobre o objetivo legal na proteção de um patrimônio cultural. Afinal “o bem jurídico, objeto da proteção, está materializado na coisa, mas não é a coisa em si: é o seu significado simbólico, traduzido pelo valor cultural que ela representa” (CASTRO, 1991, p. 33).

Mas a simbologia dos patrimônios tombados da Lapa acaba por apontar as condições de produção de sua memória, apreendendo o fato memorável pela noção de marco histórico. Seguindo as orientações de Nora (1993), cabe à história relativizar a memória, seus usos e revitalizações e perguntar sobre a cientificidade da história enquanto representação do passado.

Algumas considerações

O estudo sobre a produção da memória dos patrimônios tombados na Lapa/PR (CORDOVA, 2003) teve por finalidade contribuir para uma nova compreensão sobre a relação entre o processo de produção historiográfica, a produção curricular e a construção de uma identidade regional no ensino de história local/regional.

A análise da narrativa preservacionista do patrimônio tombado e suas implicações no processo de tombamento da Lapa/PR possibilitou constatar o tom memorável conferido à oficialização da própria memória que se procurou legitimar.

A memória dos patrimônios tombados da Lapa representa, certamente, uma concepção historiográfica vinculada a uma intelectualidade instituída para estabelecer critérios representativos de uma identidade cultural paranaense, seguindo princípios unificadores, em que o paranismo revelou-se partidário da ordem e do progresso, recriando o herói pelo memorável.

Assim, compreendeu-se que a memória pode desempenhar papel ideológico institucionalizador, assim como pode configurar-se enquanto campo de estudo científico da história. E se, conforme Nora (1993), a memória é um absoluto e a história somente conhece o relativo, a busca por vestígios de memória constitui-se em elemento-chave para a construção/desconstrução do conhecimento, já que tais vestígios, ao se constituírem como fontes de pesquisa, podem tanto revelar lembranças como esquecimentos, assim como promover o discurso crítico na história.

E se a História da Lapa não se esgota somente pela história que cultua os heróis e o seu panteão, mas pode traduzir-se por muitas outras histórias, não há como não considerar, no estudo histórico local/regional, que os costumes e o cotidiano encontram-se imbuídos de discursos ideológicos e de signos que institucionalizam a memória, tornando-a memorável.

Nesse ponto, ressalte-se o papel educacional da história local/regional, a qual tanto pode se efetivar como repassadora de ideias e princípios legitimadores de um discurso oficial, como pode promover a produção de outras culturas como forma de contraponto ao conhecimento produzido e instituído como pronto e acabado, que se referencia essencialmente no memorável e não se questiona sobre os processos que permeiam a produção da memória.

Recebido em 6/2/2013

Aprovado em 6/6/2013

NOTAS

¹ A pesquisa sobre o paranismo e o processo de produção historiográfica paranaense no episódio do Cerco da Lapa, foi divulgada no número 12 (2) da Revista de História Regional da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

² Para Nora (1993, p. 7), a expressão 'aceleração da história' revela "[...] uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida – uma ruptura de equilíbrio. O arrancar do que ainda sobrou de vivido no calor da tradição, no mutismo do costume, na repetição do ancestral, sob o impulso de um sentimento histórico profundo".

³ Utilizou-se da abordagem ideológica compreendendo-a como prática significativa: "A ideologia, por sua vez, nesse modo de a conceber, não é vista como um conjunto de representações, como visão de mundo ou como ocultação da realidade. Não há aliás, realidade sem ideologia. Enquanto prática significativa, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido". (ORLANDI, 2001, p. 48).

⁴ "Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação [...] O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas [...]" (LE GOFF, 1996, p. 535-536).

⁵ "O documento que, para a escola histórica positivista do fim do século XIX e do início do século XX, será o fundamento do fato histórico, ainda que resulte da escolha, de uma decisão do historiador, parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica. A sua objetividade parece opor-se à intencionalidade do monumento [...]". (LE GOFF, 1996, p. 536).

⁶ Os grifos nas citações procuraram ressaltar aspectos legais referentes às questões dos fatos memoráveis do Brasil e do Paraná, que demarcaram a narrativa preservacionista no Brasil e, em especial, aos fatos que notabilizaram o episódio do Cerco da Lapa como preponderante para o tombamento do Setor Histórico da Lapa.

⁷ Paz (1991, p. 2) atenta que "Tomados em linhas gerais, Brasil Pinheiro Machado e Pedro Calil Padis coincidem [...] também na leitura de um Paraná dividido em três regiões: o Paraná Tradicional, o Norte e o Oeste-Sudoeste. O Tradicional corresponde às primeiras regiões ocupadas – litoral e Campos Gerais-, cuja história remonta aos séculos XVII-XVIII. A essa região vinculam-se a mineração, o tropeirismo, a erva-mate, a madeira e a imigração européia. Já as outras duas têm uma história bem mais recente. Salvo a obra jesuítica espanhola e as investidas dos bandeirantes paulistas, muito pouco é acrescentado até a ocupação do Norte por mineiros e paulistas e do Oeste-

Sudoeste por gaúchos. Aqui estão a cafeicultura, as lavouras brancas, a modernização da economia e o desenvolvimento de uma imensa malha urbana. É, em síntese, a história do Paraná Recente”.

⁸ Entretanto, há que se distinguir a história tradicional apoiada na argumentação erudita e assimilada pelos historicistas, da apoiada no positivismo de Auguste Comte. Este último, entendia a história tradicional como apegada a ‘insignificantes detalhes estudados infantilmente pela curiosidade irracional de compiladores cegos de anedotas inúteis’, defendendo, portanto, ‘uma história sem nomes’. (BURKE, 1997, p. 20).

⁹ A criação do IPHAN, órgão atualmente vinculado ao Ministério da Cultura, mas que esteve, em sua implantação, ligado ao Ministério da Educação e Saúde do então ministro Gustavo Capanema, contou com a colaboração de escritores brasileiros como Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Afonso Arinos, Lúcio Costa e Carlos Drummond de Andrade, os quais contribuíram para que a ideia preservacionista tomasse sentido naquele momento da realidade brasileira.

¹⁰ A Casa Lacerda, localizada na Praça Coronel Lacerda, tem como finalidade atual a de ser um museu de época. Em 1938, foi tombada pelo IPHAN e, em 1972, foi tombada pelo Estado – sendo restaurada pelo Governo Federal em 1982. A Casa possui aproximadamente 500 metros quadrados, distribuídos em 18 cômodos e três corredores, demonstrando em sua fachada o detalhe de cornija, requinte arquitetônico que marcou especialmente as construções urbanas do século XIX. (CADERNOS do Patrimônio, 1993).

¹¹ Sobre o acervo de David Carneiro, sugere-se a leitura, nesta mesma Revista, n. v. 8, n. 2, p. 111-127, jul.-dez. 2012, do artigo intitulado “A comemoração de uma memória: o cinquentenário do Cerco da Lapa/PR (1894-1944)”, de autoria de Daiane Vaiz Machado.

¹² Transcrição de trecho de entrevista de Sergio Leoni, concedida a Maria Julieta Weber Cordova. Lapa, 20 out. 2002.

¹³ Transcrição de trecho de entrevista de Laura Leoni, concedida a Maria Julieta Weber Cordova. Lapa, 20 out. 2002.

¹⁴ Entretanto, em que corresponde o público no direito privado? Até que ponto pode-se estabelecer limites entre um e outro, sem ferir os princípios liberais de uma sociedade moldada para o individualismo? “É possível uma história da vida privada? Ou essa noção de 'privado' nos remete a estados ou valores demasiado heterogêneos de uma época para outra para que possamos estabelecer entre elas uma relação de continuidade e diferenças?” (ARIÈS; CHARTIER, 1990, p. 8).

FONTES

BRASIL. *Decreto-lei nº. 25/37* - Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília: [s.n.], 1937.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

INSCRIÇÃO no Livro Tombo. In: Cadernos do Patrimônio. Série Estudos; 4. *Lapa: um passeio pela memória*. Curitiba: SEEC, 1993.

PARANÁ. *Lei nº. 1.211/53* - Dispõe sobre o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado do Paraná. Curitiba: [s.n.], 1953.

PROCESSO de Tombamento Número 01/89. In: Cadernos do Patrimônio. Série Estudos; 4. *Lapa: um passeio pela memória*. Curitiba: SEEC, 1993.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. *História da vida privada: da Renascença ao século das luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

BURKE, Peter (Org.). *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

_____. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

CADERNOS do Patrimônio. Lapa: um passeio pela memória. Curitiba: SEEC, 1993. (Série Estudos; 4).

CARDOSO, Jayme Antonio; WESTPHALEN, Maria Cecília. *Atlas Histórico do Paraná*. 2 ed. rev. ampl. Curitiba: Ed. do Chain, 1986.

CARNEIRO, David. *O Paraná e a Revolução Federalista*. 2 ed. Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte; Indústria Gráfica Gonçalves, 1982.

_____. *O Cerco da Lapa e seus heróis*. Rio de Janeiro: Ravaro, 1934.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, Sonia Rabello de. *O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

CORDOVA, Maria Julieta Weber. O paranismo e o processo de produção historiográfica paranaense: o episódio do Cerco da Lapa. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 12, n. 2, p. 151-190, 2007.

_____. *A produção da memória e o patrimônio tombado na Lapa/PR: perspectivas para o currículo escolar*. 2003. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. *Os rituais do tombamento e a escrita da história*. Curitiba: UFPR, 2000.

LA PASTINA. *O tombamento*. In: CADERNOS do Patrimônio. Lapa: um passeio pela memória. Curitiba: SEEC, 1993. (Série Estudos; 4).

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1996.

LUPORINI, Teresa Jussara. *Os “lugares de memória” do Estado do Paraná: demandas e políticas pela preservação do patrimônio cultural*. Campinas, 1997. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

MACHADO, Brasil Pinheiro. Prefácio. In: CARDOSO, Jayme Antonio; WESTPHALEN, Maria Cecília. *Atlas Histórico do Paraná*. 2 ed. rev. ampl. Curitiba: Ed. do Chain, 1986.

MARTINS, Romário. *História do Paraná*. 3. ed. Curitiba: Guaíra, [19--a].

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p.7-39. 1993.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e estado no Paraná*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

ORÍÁ, Ricardo. Memória e ensino de história. In: BITTENCOURT, Circe. *O saber histórico em sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1998.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: Secretaria Municipal de Cultura. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.

PAZ, Francisco (org.). *Cenários de economia política: Paraná*. Curitiba: Prefhacio, 1991.

PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *Paranismo: o Paraná inventado: cultura e imaginário no Paraná da I República*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

PROTEGENDO a Memória. In: Cadernos do Patrimônio. Série Estudos; 4. *Lapa: um passeio pela memória*. Curitiba: SEEC, 1993.

SOUZA, Alcídio Mafra de; LYRA, Cyro Corrêa (org.). *Guia dos bens tombados, Paraná*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1994.